



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo Velhice e Processos de Envelhecimento)

**O envelhecimento da mulher negra: desigualdade social,
interrelação entre classe, raça e gênero**

Alexsandra Aparecida de Jesus Moreira¹
Mabel Mascarenhas Torres²

Resumo

O presente artigo analisa o processo de envelhecimento das mulheres negras, enfatizando o quanto a desigualdade social tem sido um elemento desencadeador de uma velhice sem direitos. Trata-se de um estudo bibliográfico, fundamentado na interseccionalidade, na gerontologia social crítica e no pensamento social negro brasileiro. O envelhecimento, não é apenas um fenômeno demográfico, expressa determinações estruturais da sociabilidade capitalista racializada e patriarcal, exigindo políticas públicas interseccionais e a defesa intransigente dos direitos sociais. Conclui-se que o envelhecimento da mulher negra ocorre sob condições históricas da desigualdade acumulada ao longo da vida, resultando em desproteção social e restrição de direitos.

Palavras-chave: Envelhecimento; Mulher negra; Desigualdade social; Interseccionalidade; Gerontologia social crítica.

Abstract

This article analyzes the aging process of black women, emphasizing how social inequality has been a triggering factor for old age without rights. It is a bibliographic study based on intersectionality, critical social gerontology, and Brazilian black social thought. Aging is not just a demographic phenomenon; it expresses structural determinations of racialized and patriarchal capitalist sociability, requiring intersectional public policies and the uncompromising defense of social rights. It is concluded that the aging of black women occurs under historical conditions of inequality accumulated throughout their lives, resulting in social vulnerability and restriction of rights.

Keywords: Aging; Black women; Social inequality; Intersectionality; Critical social gerontology.

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

¹ Alexsandra Aparecida de Jesus Moreira – assistente social, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: lelexmor@gmail.com.

² Mabel Mascarenhas Torres - assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente do Departamento de Serviço Social/ UEL, e-mail: geftasuel@gmail.com.



1 Introdução

O envelhecimento populacional configura-se como um dos fenômenos sociais mais expressivos do século XXI, assumindo centralidade nas agendas econômica, política, institucional e acadêmica em escala global. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, têm destacado o rápido crescimento da população idosa, sobretudo nos países do Sul Global, onde tal processo ocorre em contextos marcados por profundas desigualdades estruturais. No caso brasileiro, o envelhecimento demográfico se desenvolve de maneira desigual, revelando assimetrias históricas relacionadas à classe social, à raça e ao gênero, indicando a necessidade de reconhecer que o processo de envelhecimento não é igual para todas as pessoas.

Embora frequentemente tratado como um fenômeno homogêneo, o envelhecimento expressa trajetórias sociais profundamente diferenciadas, haja visto a desigualdade social expressa na exploração da classe trabalhadora e na opressão direcionada às mulheres revelada nas múltiplas violências a exemplo do feminicídio, a população LGBTQIAP+, bem como o racismo que impõe a população negra uma vida de profunda insegurança física e mental. Conforme argumenta Camarano (2002), o avanço da idade não pode ser analisado apenas a partir de indicadores demográficos, uma vez que as condições materiais e simbólicas acumuladas ao longo do ciclo de vida exercem influência decisiva sobre a forma como os sujeitos envelhecem. Nesse sentido, envelhecer não é apenas um evento biológico, mas um processo socialmente construído.

No Brasil, as desigualdades são intensificadas pela herança do escravismo e pela permanência do racismo estrutural, que determina o acesso ao trabalho, à renda, à educação, à saúde e à proteção social. Abdias do Nascimento (1978) denuncia que a sociedade brasileira reproduz, no período pós-abolição, mecanismos sofisticados de exclusão da população negra, configurando um verdadeiro genocídio social, político e simbólico. Essas determinações impactam diretamente nas condições de envelhecimento da população negra.

No interior desse grupo, as mulheres negras ocupam posição ainda mais vulnerabilizada. Como destaca Gonzalez (1984), o racismo articulado ao sexismo produz uma experiência social singular, marcada pela exploração intensificada ao trabalho, pela naturalização da subalternidade e pela invisibilização histórica. Tais processos incidem cumulativamente ao longo da vida, produzindo uma velhice atravessada por escassez



material, adoecimento e acesso precário aos serviços prestados pelas políticas sociais. Esse conjunto de determinações indicam que os processos de envelhecimento da população negra é um envelhecer sem direitos.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental analisar o envelhecimento da mulher negra a partir de uma abordagem que supere leituras fragmentadas. A perspectiva da interseccionalidade, conforme sistematizada por Akotirene (2019), oferece importante aporte teórico ao evidenciar que classe, raça e gênero não atuam de forma isolada, mas se entrecruzam na produção das desigualdades sociais.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo problematizar a desigualdade social como uma determinação presente em toda a trajetória de vida da população negra, destacando as consequências no envelhecimento da mulher negra. Trata-se de um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, fundamentado em autores que discutem o envelhecimento sob a referência da Gerontologia Social Crítica, no pensamento social negro, na interseccionalidade, e nos estudos contemporâneos sobre envelhecimento e políticas públicas. O texto busca contribuir com o debate acadêmico, evidenciando como o envelhecimento, em contextos periféricos e racializados, expressa as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo.

2 Desigualdade social, capitalismo dependente e racismo estrutural

A desigualdade social no Brasil constitui elemento estruturante da formação sócio-histórica brasileira, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo e da herança escravocrata que fundam o Estado brasileiro.

Os dados do DIEESE (2025)³ revelam as marcas da desigualdade quando analisamos a condição da população negra no Brasil. Apresenta que 56,4% da população brasileira é composta por 32,8% de homens e 23,9% de mulheres negras. A análise construída pelo DIEESE evidencia que é significativo a proporção da população negra economicamente ativa fora do mercado de trabalho, na ordem de 6,5%, com maior incidência entre as mulheres. A análise sobre a inserção no mercado de trabalho indica a prevalência de ocupações informais e sem a proteção previdenciária, sendo 39% entre as mulheres e 42% entre os homens negros. Ou seja, o trabalho precário e sem direitos

³ Para informações complementares, ver:
<https://www.dieese.org.br/infografico/2025/conscienciaNegraInfo/index.html?page=1>



é uma realidade para a população preta, o que será decisivo para entender o porquê a velhice desta população é tão desprotegida. Com relação ao salário, o rendimento médio das mulheres negras é 38,7% menor se comparado as mulheres não negras. Outro aspecto observável é que a remuneração das mulheres negras é 53,2% menor na comparação com os homens não negros. Os dados são reveladores para o entendimento de que a desigualdade social é também racializada, ou seja, a questão racial não é tangencial, mas, central para analisar a realidade social no Brasil.

Nesse contexto, o racismo não se configura como uma anomalia ou desvio moral, mas como componente estrutural da sociabilidade. Nascimento (1978) demonstra que o mito da democracia racial operou como instrumento ideológico fundamental para mascarar as desigualdades raciais, naturalizando a exclusão da população negra e inviabilizando políticas reparatórias.

Theodoro (2008, p. 15) aprofunda essa análise ao evidenciar que a constituição do mercado de trabalho brasileiro se deu sob bases racializadas, a medida em que no decorrer do processo de substituição do trabalho escravo para o trabalho livre, a partir da abolição do tráfico de escravos no Brasil (Theodoro, 2008, p. 22), o Estado brasileiro estimulou a imigração e, a população negra antes escravizada, passa a ser identificada como “força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência”, entrando na disputa por um lugar no mercado de trabalho. Ou seja, a população negra foi sistematicamente alocada nos postos de trabalho mais precarizados, informais e mal remunerados, enquanto a população branca concentrou melhores oportunidades de inserção na esfera produtiva. Martins (2023, p.193) indica que tal estrutura permanece atual, posto que “ao determinar o ‘lugar do negro/danegra’ no emergente mercado de trabalho, o racismo que edificou as relações salariais imprimiu desigualdades no acesso a condições materiais de vida numa sociedade na qual só é possível viver através do trabalho”. A autora acrescenta que o acesso da população negra em trabalhos informais, em ocupações com as menores remunerações, associado às demais dimensões da vida social, possibilitam afirmar que o racismo deve ser compreendido como “produto das relações sociais” (Martins, 2023, p.194). Ou seja, o racismo repercutirá diretamente nas condições de envelhecimento da população negra no Brasil.

Importante salientar que do ponto de vista econômico e social, raça e classe constituem dimensões indissociáveis da vida na sociedade capitalista. A maioria da população negra integra a base da classe trabalhadora, submetida às formas mais



intensas de exploração. Assim, o envelhecimento da população negra expressa não apenas o avanço etário, mas a materialização das desigualdades acumuladas ao longo da vida laboral.

Essas determinações tornam-se ainda mais agudas quando se considera a condição feminina negra, marcada pela divisão sexual e racial do trabalho. A histórica concentração das mulheres negras no trabalho doméstico e em atividades informais compromete o acesso à previdência social, ampliando a dependência das políticas assistenciais na velhice.

Sob este conjunto de elementos é fundamental analisar o envelhecimento da classe trabalhadora brasileira, a partir das relações de classe, raça e gênero. É o que apresentaremos a seguir.

6 Gerontologia social crítica e envelhecimento racializado

A gerontologia social crítica, conforme Teixeira (2024), propõe analisar o envelhecimento da classe trabalhadora a partir das contradições constitutivas da sociabilidade do capital, articulando classe, gênero, raça/etnia e ageísmo. Essa abordagem rompe com leituras moralizantes que responsabilizam o indivíduo, destituído da sua condição de ser sujeito na sociedade do capital. Soares, Lone e Torres (2024, p. 24) afirmam que a gerontologia social crítica, ao analisar o envelhecimento da classe trabalhadora evidencia que a referida classe passa por diferentes e heterogêneos processos de envelhecimento. A relação essencial é “entender o envelhecimento como processo, historicamente determinado, partindo dos elementos que estruturam a sociedade capitalista, ressaltando a desigualdade de classe social, gênero e relações raciais”. As autoras reconhecem a necessidade de reafirmar que os processos de envelhecimento são determinados historicamente pela estrutura desigual e predatória do capital. Neste sentido defendem que

as desigualdades sociais decorrentes do modo de produção capitalista, estruturantes das sociedades de classes, interferem nas condições de moradia, saúde, educação, lazer, acesso ao trabalho formal e informal, renda, entre outras condições objetivas que determinam como se dará o processo de envelhecimento. (Soares, Lone, Torres, 2024, p. 24).

Nesta mesma direção Teixeira (2024, p. 24) defende que entender os processos de envelhecimento pressupõe analisar a longevidade e a desgenerescência associadas a desigualdade social e racial, posto que a população idosa está inserida na “sociedade capitalista complexa e contraditória, que cria e reproduz situações de exploração, dominação e opressão”, que afetará fundamentalmente as pessoas idosas que



pertencem a classe trabalhadora, inclusive suas possibilidades de manter a sua longevidade.

Nessa perspectiva, como pensar o envelhecimento da população negra? Tal envelhecimento tem sido compreendido como expressão das desigualdades estruturais do capitalismo brasileiro, marcado por conservadorismo, neoliberalismo e retração das políticas sociais?

Os estudos demográficos desenvolvidos por Camarano e colaboradores (1999; 2004; 2011) evidenciam o rápido processo de envelhecimento da população brasileira. Contudo, tais análises também demonstram que esse fenômeno ocorre de forma profundamente desigual entre os diferentes grupos sociais.

O censo demográfico realizado pelo IBGE (2022) é revelador: 32.113.490 estão na faixa etária de 60 anos e mais, sendo 17.887.737 (55,7%) mulheres e 14.225.753 (44,3%) homens. Os dados sobre o envelhecimento feminino seguem a tendência internacional indicando que as mulheres envelhecem mais. Associando os dados sobre raça, identifica-se que entre a população idosa, 9,9% se autodeclaram pretos e 37,3% se autodeclaram pardos, somando portanto 47,2% da população idosa é negra.

Como discutido anteriormente, a população negra apresenta os piores indicadores socioeconômicos ao longo de todo o ciclo de vida, refletindo em uma velhice com menor renda. Associa-se também a identificação de que as pessoas idosas negras estão suscetíveis a ser alvo da violência, a exemplo das análises publicadas no Atlas da Violência em 2023, 2024 e 2025⁴. A violência praticada contra as mulheres idosas negras abarca a agressão, homicídio, quedas, acidentes no transporte, entre outros, em uma proporção maior do que em mulheres idosas não negras.

Outro aspecto que chama a atenção diz respeito à composição do rendimento das mulheres idosas negras. Dados apresentados por Camarano (2002, p. 21), “a proporção de famílias que continham idosos consideradas pobres e indigentes decresceu de 40% para 20%”, após a implementação das políticas sociais, especialmente as vinculadas à seguridade social, educação e moradia. Camarano et al

⁴ Para acesso aos dados publicados no Atlas da Violência, ver: Atlas da violência 2023

- <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2023>

Atlas da violência 2024 - <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/287/atlas-da-violencia-2024>

Atlas da violência 2025 - chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclfindmkaj/<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>



(2024, p. 8) entende que é visível a presença de mulheres negras “no trabalho doméstico remunerado, em piores condições e com baixa proteção social”, o que acarretará consequências no valor recebido pela aposentadoria ou pensão, e, em uma certa medida, levar a uma maior dependência do Benefício de Prestação Continuada e maior exposição a situações de desproteção social. Os dados disponibilizados no CECAD 20.0⁵ são decisivos para o entendimento dos argumentos apresentados: 7.079.875 mulheres idosas estão inscritas no CADÚnico, com predominância entre pretas e pardas. Conforme Camarano, Kanso e Carvalho (2011), a dinâmica demográfica da população negra revela que as desigualdades são persistentes, associadas às condições históricas de exclusão.

O envelhecimento da mulher negra se constitui no resultado direto de trajetórias sociais marcadas pela exploração intensificada do trabalho e pela negação histórica de direitos. Desde a juventude, essas mulheres enfrentam inserção precoce no mercado de trabalho, baixa escolarização e concentração em ocupações informais. Para Benedito, Campelo e Paiva (2025,p. 95), “as mulheres negras idosas representam o grupo mais vulnerável, pois, além da discriminação racial, enfrentam o sexismo e a desvalorização do trabalho doméstico, frequentemente não reconhecido pela previdência social”.

Importante sinalizar que diante da feminilização da velhice é fundamental entender como as mulheres ao longo da vida se ocupam das funções relacionadas aos cuidados com seus familiares. A análise de Soares, Lone, Torres (2024, p. 27) indica que

nessa perspectiva, é esperado que as mulheres deixem seus postos de trabalho remunerado para se dedicar ao cuidados e, quando não há esta possibilidade, remuneram outras mulheres para cuidar da casa e das pessoas idosas. A associação direta entre mulheres e cuidados na velhice é imediata, uma vez que é visível o número de mulheres exercendo a função de cuidados, sem remuneração, na sobrecarga dos demais serviços domésticos, desconsiderando seu processo de envelhecimento e por vezes o adoecimento, o cansaço mental, físico e psicológico.

Esse conjunto de argumentos confirmam que o envelhecimento não pode ser compreendido como experiência universal. Ao contrário, trata-se de um processo socialmente diferenciado, atravessado pelas condições objetivas de existência. A velhice negra, portanto, expressa a face tardia das desigualdades raciais estruturais. Para Teixeira (2024, p. 76)

o envelhecimento humano é um processo complexo, multidimensional e heterogêneo, vivido de formas variadas, embora sejam possíveis certas universalizações (homogeneizações), pelas condições de inserção das pessoas

⁵ Para informações mais detalhadas, ver: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>



nas estruturas produtivas, sociais e culturais que geram condições semelhantes de vida.

Sob essa perspectiva, a gerontologia social crítica contribui significativamente ao romper com interpretações biologizantes e individualizantes do envelhecimento (Soares, Lone, Torres, 2024).

Outra possibilidade de analisar o envelhecimento da mulher negra é a interseccionalidade que emerge como ferramenta teórico-metodológica fundamental para a análise do envelhecimento da mulher negra. Conforme Akotirene (2019), trata-se de uma categoria que permite compreender como os sistemas de opressão — racismo, patriarcado e capitalismo — operam de forma simultânea e articulada.

Ao contrário das abordagens que hierarquizam opressões, a interseccionalidade evidencia que raça, gênero e classe constituem experiências indissociáveis. No envelhecimento, essa articulação se expressa por meio do acúmulo de desigualdades que atravessam o ciclo de vida. Nesse sentido, Crenshaw (2002), contribui para evidenciar como diferentes formas de discriminação se entrecruzam e produzem experiências específicas de subordinação social. Entendemos com isso que a interseccionalidade permite compreender que as opressões não atuam isoladamente, mas se combinam e se reforçam, produzindo situações específicas de vulnerabilidade, especialmente para mulheres negras.

A abordagem interseccional, portanto, possibilita apreender o envelhecimento da mulher negra como expressão concreta da expressão dos diferentes sistemas de opressão evidenciando as múltiplas expressões das determinações sociais.

Outro aspecto interessante para o entendimento do envelhecimento das mulheres negras diz respeito ao etarismo/ idadismo. Costa e Teixeira (2025) apontam que o idadismo assume configurações específicas quando articulado à raça e ao gênero, produzindo múltiplas formas de discriminação contra mulheres negras idosas, tanto no acesso às políticas públicas quanto nas relações sociais cotidianas.

Essa perspectiva aproxima-se das abordagens internacionais do curso de vida (life course perspective), amplamente utilizadas em estudos gerontológicos globais, que reconhecem o envelhecimento como resultado de trajetórias socialmente estruturadas. Contudo, no contexto latino-americano, tais trajetórias são atravessadas por colonialidade, racismo e desigualdade extrema.

Benedito e Paiva (2025) demonstram que trabalhadores e trabalhadoras negras



envelhecem sob condições de desigualdade estrutural, o que compromete o acesso à cidadania plena na velhice. Para as mulheres negras, essas condições são agravadas pela sobrecarga do trabalho reprodutivo e do cuidado, à medida em que as mulheres negras, mesmo na velhice, permanecem trabalhando, assumindo as funções de cuidados com ou sem remuneração.

Campelo et al. (2023) destacam que a defesa intransigente das políticas públicas torna-se fundamental diante do avanço do ultraneoliberalismo, que aprofunda a precarização da vida da população idosa negra.

As políticas públicas voltadas ao envelhecimento, em geral, baseiam-se em uma concepção universal abstrata, que ignora as desigualdades raciais e de gênero. Tal abordagem compromete a efetividade das ações estatais.

No decorrer da busca pelo acesso aos serviços prestados via políticas públicas, as mulheres idosas negras se deparam com racismo institucional, desde a ausência de serviços que atendam as suas necessidades, a indiferença com as suas dores e desejos, sendo obrigadas a conviver com as desigualdades no acesso aos serviços e no tratamento recebido, contribuindo para maiores índices de adoecimento crônico. Assim, a velhice da mulher negra é atravessada pelo sofrimento social acumulado.

Teixeira (2024) enfatiza que o acesso aos direitos na velhice depende das condições objetivas construídas ao longo da vida. Assim, políticas focalizadas apenas na etapa final do ciclo vital revelam limites estruturais, o que para as mulheres negras pode ser identificado como mais uma prática de subordinação e de racismo..

Considerações finais

O presente trabalho evidenciou que o envelhecimento da mulher negra no Brasil constitui processo profundamente marcado pela desigualdade social estrutural. Trata-se de uma velhice produzida historicamente pela articulação entre racismo, sexismo e exploração de classe.

A análise demonstrou que o envelhecimento não pode ser compreendido como fenômeno natural ou homogêneo, mas como expressão das trajetórias sociais desiguais construídas ao longo da vida. As mulheres negras envelhecem sob condições mais adversas, com maior precariedade material e simbólica.

Conclui-se que o enfrentamento dessas desigualdades exige o fortalecimento da



gerontologia social crítica e a construção de políticas públicas interseccionais, orientadas pela defesa intransigente dos direitos sociais, especialmente em contextos de avanço do conservadorismo e do ultraneoliberalismo.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho; PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. Envelhecimento dos/as trabalhadores/as negros/as em contexto de desigualdades sociais e étnico-raciais: uma contribuição teórica à luta pelos direitos humanos. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 34, n. 2, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/5161>. Acesso em: 17 jan. 2026.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2002. (Texto para discussão, n. 858). Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0858.pdf Acesso: 06 mar. 2026.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 25-96. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3012> Acesso: 06 mar. 2026.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; CARVALHO, Danielle Fernandes; LUZ, Caroline Costa. Dinâmica demográfica da população negra brasileira. **Comunicado do IPEA**, Brasília, n. 91, 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110512_comunicadoipea91.pdf Acesso: 06 mar. 2026.

CAMARANO, A. A. *et al.* Acesso aos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa: diferenciais por raça/cor. Brasília, DF: **Ipea**, out. 2024. (Texto para Discussão, n. 3050). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3050-port>. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/5f193d90-8f90-4d44-861a-1b10f17abf1c/content> Acesso: 06 mar. 2026.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira; ARRUDA, Fernanda Tavares; BENEDITO, Jonorete de Carvalho; KELLER, Suéllen Bezerra Alves. Envelhecimento de negros e negras e a defesa intransigente das políticas sociais no tempo do conservadorismo e do ultraneoliberalismo: contribuições a partir do serviço social. **PerCursos**, Florianópolis, v. 24, p. e0106, 2023. DOI: 10.5965/19847246242023e0106. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/22705/15530> Acesso: 06 mar. 2026.

COSTA, Glenia Rouse; TEIXEIRA, Solange Maria. Idosismo: interseccionalidades de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, 2025. DOI: 10.12957/rep.2025.89049. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/89049/53183> Acesso: 06 mar. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.



10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2026.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: FAPESP, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 1-20, 1984. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES__Lélia_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

MARTINS, Tereza. Racismo no Brasil: a condição diferenciada de envelhecer dos/as trabalhadores/as negros/as. In: AZEVEDO, Celina D. **Velhices**: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil. São Paulo: Edições Sesc São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2023, p. 193 – 212.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOARES, Ediane de Paula Machado; LONE, Joyde Regina Mendes; TORRES, Mabel Mascarenhas. Debatendo a velhice e os processos de envelhecimento: contribuições para uma análise a partir da gerontologia social crítica. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento e políticas públicas**. Parnaíba: Terra sem Amos, 2024. p. 16-30.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento na perspectiva da gerontologia crítica**. Parnaíba: Terra sem Amos, 2024.

TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento e políticas públicas**. Parnaíba: Terra sem Amos, 2024.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: **IPEA**, 2008. p. 15-43. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/Livro_desigualdadesraciais_-_IPEA.pdf Acesso: 06 mar. 2026.